



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios
Divisão De Consignações em Benefícios

TERMO DE ENCERRAMENTO DE TRÂMITE FÍSICO

Processo nº 35014.256029/2020-21

Interessado: PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE COMARCA DE PAU DOS FERROS, Banco Bradesco S/A, MARIA ODALICE

1. O processo em epígrafe foi devidamente convertido do suporte físico para eletrônico no SEI, em conformidade com o disposto na Portaria Conjunta nº 1 /DGPA/DTI/INSS, de 21 de outubro de 2019, mantendo o mesmo número do processo físico (NUP) e mesmo interessado.
2. Fica encerrada a tramitação do processo em suporte físico, sendo vedada qualquer juntada física de novos documentos, para, a partir de então, ter continuidade de sua instrução e tramitação somente por meio do SEI.
3. Para fins de registro, o processo originalmente em suporte físico era composto de:
 - 3.1. Folhas: 05
 - 3.2. Volumes: 1
 - 3.3. Mídias: 0
4. O processo eletrônico resultante da presente conversão ficou composto da seguinte forma:
 - 4.1. Volume de Processo: 1
 - 4.2. Apartado Sigiloso: 0
 - 4.3. Conteúdo de Mídia: 0
5. Unidade responsável pela conversão: DCBEN
6. O presente termo deverá ser impresso, numerado e inserido como última página no processo físico, o qual não poderá mais receber novos documentos.
7. A conclusão do procedimento de conversão se deu na data de assinatura do presente Termo.



Documento assinado eletronicamente por **KARINA VIANA DE FREITAS, Chefe de Divisão**, em 05/10/2020, às 21:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1819679** e o código CRC **BEB18ADE**.

Referência: Processo nº 35014.256029/2020-21

SEI nº 1819679



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
COMARCA DE PAU DOS FERROS

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DE FAZENDA PÚBLICA

Av. Senador Dinarte Mariz n.º 570 – Pau dos Ferros/RN – Fone: (84) 3351-3975, e-mail: pfjespec@tjrn.jus.br

SIPPS/DIRBEN Nº 01
493491457

Ofício nº 665/2019

Pau dos Ferros/RN, 20 de setembro de 2019.

Processo n.º 0801470-42.2019.8.20.5108

Promovente: MARIA ODALICE DA CONCEICAO SILVA

Promovido: BANCO BRADESCO S/A

Prezado(a) Senhor(a),

Venho, por meio deste, intimar Vossa Senhoria para tomar ciência da decisão proferida nos autos do processo supramencionado, tendo como parte promovente **MARIA ODALICE DA CONCEICAO SILVA - CPF: 359.519.154-49**, benefício nº 544.407.743-0, e parte promovida BANCO BRADESCO S/A, bem como para adotar as medidas administrativas que entender cabíveis afim de identificar eventuais falhas no sistema do banco demandado no que diz respeito à contratação de empréstimos consignados sem a observância das cautelas estabelecidas na Instrução Normativa do INSS n. 28/2008, conforme recomenda o art. 52. Segue anexa cópia da sentença proferida.

Sem mais para o momento, apresento protestos de estima e elevado apreço.

Atenciosamente,

FLÁVIO ROBERTO PESSOA DE MORAIS
Juiz de Direito

A(o) Ilmo(a). Senhor(a)

Diretor(a) da DIRETORIA DE BENEFÍCIOS - DIRBEN / INSS

Setor de Autarquias Sul, Quadra 02, Bloco O, 8º andar, Brasília/DF

CEP 70070-946

e-mail: dirben@inss.gov.br

Recebido em 20/10/2019
Diretoria de Benefícios



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Juizado Especial Cível da Comarca de Pau dos Ferros

Av. Senador Dinarte Mariz, 570, São Benedito, PAU DOS FERROS - RN - CEP: 59900-000

Processo: 0801470-42.2019.8.20.5108

Ação: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)

AUTOR: MARIA ODALICE DA CONCEICAO SILVA

RÉU: BANCO BRADESCO SA

PROJETO DE SENTENÇA

Relatório dispensado nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95.

Fundamento. Decido.

Não há preliminares ou outras questões processuais para analisar.

Destaque-se que encontra-se consubstanciada a hipótese de julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, I, do CPC, pois o deslinde da causa independe da produção de provas em audiência, havendo, ademais, possibilidade do julgamento do processo no estado em que se encontra.

No mérito, entendo que assiste razão à parte Autora.

Outrossim, entendo serem plenamente aplicáveis as regras do Código de Defesa do Consumidor, eis que patente uma relação de consumo que vincula as partes, trazendo à inteligência dos arts. 2º e 3º, da Lei nº 8.078/90. Ademais, impende consignar que a relação entre as instituições financeiras e seus clientes enquadra-se no conceito legal de relação consumerista, conforme, aliás, orientação consolidada na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (ADI 2591, Relator Ministro EROS GRAU) e do Superior Tribunal de Justiça (Súmula 279). E por constatar a hipossuficiência da consumidora no que tange à produção de provas, é que fora decretada a inversão do ônus da prova, com escopo no art. 6º, VIII, do CDC, conforme a decisão de ID. nº. 43098332.

O objeto principal da presente ação gira em torno do fato da parte autora alegar que estaria sofrendo descontos mensal seu benefício e na sua conta corrente, em decorrência, respectivamente, de um contrato de empréstimo consignado nº. 014044088, no valor de R\$ 42,50 (quarenta e dois reais e cinquenta centavos), como também, no valor de R\$ 10,50 (dez reais e cinquenta centavos) referentes a anuidade de cartão, afirmando que nunca contratou e/ou não pediu qualquer dessas modalidades de serviço prestado pela demandada. Conforme histórico de consignação e extrato da conta corrente de ID. nº. 43086294, 43086302, 43086308, 43086311 e 43086313.

A parte demandada, por sua vez, apresentou contestação limitando-se apenas a falar sobre o contrato do cartão de crédito, em síntese, afirma que foi solicitado pela parte autora. Todavia, os supostos contratos do empréstimo consignado e do cartão de crédito não foram juntados aos autos, o banco réu limitou-se a apresentar apenas faturas do cartão de crédito que mostram que a parte autora nunca fez compras ou saques, confirmando assim a tese autoral.

Ao decidir sobre o pedido de liminar foi invertido o ônus da prova em favor da parte autora, por se tratar de relação de consumo. Como consequência, caberia ao banco demandado provar que os contratos ora questionados eram válidos. (ID nº

Ocorre que o banco demandado ignorou a inversão do ônus da prova e durante a instrução não se desincumbiu de provar a regularidade dos contratos ora questionados. Registre-se que o banco tinha o dever legal de apresentar os contratos, sob pena de presunção de verdade dos fatos alegados, conforme autoriza os artigos 396, 399 e 400 do CPC.

Sendo assim, não provada a celebração dos contratos de empréstimo consignado e nem do cartão de crédito, deve a parte demandada suportar os efeitos do ônus da prova:

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO LIMINAR. DIREITO DO CONSUMIDOR. BANCO. PENSIONISTA. **EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. DESCONTO AUTOMÁTICO NOS PROVENTOS. AUSÊNCIA DE CONTRATO. DESCONTOS INDEVIDOS.** SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. **CONTRATAÇÃO NÃO COMPROVADA. TED NÃO APRESENTADO. ATO ILÍCITO EVIDENCIADO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESTITUIÇÃO DETERMINADA. DANO MORAL CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE FATO MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR. INTELIGÊNCIA DO DISPOSTO NO ART. 373, II DO CPC.** RECURSO. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO (0010947-76.2017.8.20.0102, Rel. Gab. da Juíza Ana Carolina Maranhão de Melo, RECURSO INOMINADO, Primeira Turma Recursal, juntado em 03/09/2018).

EMENTA: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS. BANCO. RELAÇÃO DE CONSUMO. SEGURO NÃO CONTRATADO. DESCONTOS INDEVIDOS NOS PROVENTOS DO AUTOR. SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE O PLEITO AUTURAL. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. **SERVIÇO NÃO CONTRATADO. CONTRATO NÃO APRESENTADO NOS AUTOS. DANO MORAL IN RE IPSA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE FATO MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR. INTELIGÊNCIA DO DISPOSTO NO ART. 373, II DO NCPC.** RECURSO. PLEITO PARA MAJORAÇÃO DO VALOR FIXADO PARA REPARAR OS DANOS MORAIS SUPOSTOS. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. (0802258-67.2016.8.20.5106, Rel. Gab. da Juíza Ana Carolina Maranhão de Melo, RECURSO INOMINADO, Primeira Turma Recursal, juntado em 12/06/2017).

Dessa forma, com base nas razões acima e na Lei n. 10.820/2003, nos arts. 104, 166, IV e 169, todos do Código Civil e na Instrução Normativa do INSS n. 28/2008, é de rigor a declaração de nulidades dos contratos ora questionados.

Ademais, em que pese devida a restituição das parcelas indevidamente descontadas em favor do autor, não há que se falar em devolução em dobro com fundamento no art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, visto que ausente à demonstração de má-fé do contratante, na esteira do entendimento do STJ (*Agravo regimental em recurso especial: AgRg no AREsp 225393 RJ 2012/0186878-9, Quarta Turma, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, DJ.: 23/04/2013, DP.: 07/05/2013*).

No tocante ao pedido de indenização por danos morais. No caso posto, o dever da demandada indenizar a parte autora repousa na prática de ato ilícito (art. 927 c/c art.186 do CC) consistente em realizar empréstimo consignado vinculado à aposentadoria do consumidor sem a observância das normas aplicáveis ao contrato em espécie.

A jurisprudência perfilha o entendimento no sentido da configuração do dano moral decorrente de empréstimo realizado de forma fraudulenta. Ilustrativamente, cito os seguintes precedentes:

DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. CABIMENTO. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO. INEXISTÊNCIA. DESCONTOS INDEVIDOS DA CONTA CORRENTE. VALOR FIXADO. MINORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Como a formalização do suposto contrato de empréstimo consignado em folha de pagamento não foi demonstrada, a realização de descontos mensais indevidos, sob o pretexto de que essas quantias seriam referentes às parcelas do valor emprestado, dá ensejo à condenação por dano moral. 2. Esta Corte Superior somente deve intervir para diminuir o valor arbitrado a título de danos morais quando se evidenciar manifesto excesso do quantum, o que não ocorre na espécie. Precedentes. 3. Recurso especial não provido. (REsp 1238935/RN, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/04/2011, DJe 28/04/2011).

EMENTA: RECURSO INOMINADO. DIREITO DO CONSUMIDOR. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DESCONTOS INDEVIDOS EM APOSENTADORIA. FRAUDE NA CONTRATAÇÃO. ERRO GROSSEIRO NA

ASSINATURA APOSTA NOS CONTRATOS. RUBRICA EM TOTAL DISPARIDADE COM A ASSINATURA CONSTANTE NA PÁGINA FINAL DO CONTRATO. EVENTO FRAUDE INCONTESTE. DESNECESSIDADE DE PERÍCIA GRAFOTÉCNICA. DANO MATERIAL E MORAL CONFIGURADO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. DANO MORAL ARBITRADO EM R\$ 3.000,00. ATENDIMENTO AS DUAS FINALIDADES, COMPENSATÓRIA E PUNITIVA. AUTORA PESSOA IDOSA. PRIVAÇÃO DE RENDA DE CARATER ALIMENTAR. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. PRIORIDADE DE TRAMITAÇÃO NOS TERMOS DO ESTATUTO DO IDOSO. (0807115-93.2015.8.20.5106, Rel. Gab. do Juiz Valdir Flávio Lobo Maia, RECURSO INOMINADO, 04 Primeira Turma Recursal, juntado em 29/04/2016).

Com base nas circunstâncias supra e levando em consideração o ato ilícito praticado contra a parte autora consistente na realização de desconto indevido no benefício previdenciário de 1 (um) salário-mínimo, recurso mínimo para a subsistência da autora, o potencial econômico do ofensor (reconhecida instituição financeira), o caráter punitivo-compensatório da indenização e os parâmetros adotados em casos semelhantes pelos tribunais, concluo que o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) é justo e razoável, sendo suficiente para compensar a parte autora pelo dano efetivamente suportado, afastado o enriquecimento sem causa, bem como para desestimular que a parte requerida reitere na conduta ilícita.

Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para o fim de, nos termos do art. 487, I, do CPC:

a) **DECLARAR** a nulidade do contrato de empréstimo consignado de nº. **014044088** e de contrato de cartão de crédito nº **4096.0159.4560.7310**, vinculados, respectivamente, ao benefício previdenciário da parte demandante (NB. **544.407.743-0**) e a sua conta corrente;

b) **CONDENAR o BANCO BRADESCO S.A (CNPJ nº 60.746.948/0001-12)**, a restituir na forma simples todos os valores que houver indevidamente descontados do referido empréstimo e devolução de todas as anuidades debitadas indevidamente da conta da Autora, em razão do contratos ora declarados nulos, devendo tal quantia ser corrigida monetariamente pelo INPC a partir da data de cada desconto (súmula 43 - STJ) e acrescida de juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação;

c) **CONDENAR o BANCO BRADESCO S.A (CNPJ nº 60.746.948/0001-12)**, a pagar à parte autora, a título de indenização por danos morais, o montante de **R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)**, acrescido de correção monetária pelo INPC a contar desta data (súmula 362 - STJ) e de juros legais de 1% (um por cento) ao mês a incidir desde a citação.

Oficie-se a Agência da Previdência Social do INSS desta Comarca DETERMINANDO a imediata exclusão de cobrança de parcelas consignadas no benefício da parte autora (NB **544.407.743-0**) relativo ao contrato ora declarados nulo (contratos n. **014044088**), nos termos do art. 44, §1º, da Instrução Normativa do INSS n. 28/2008.

Determino que seja oficiada a Diretoria de Benefícios – DIRBEN do INSS, através do e-mail dirben@inss.gov.br, para tomar ciência da presente sentença, adotando as medidas administrativas que entender cabíveis, conforme determina o art. 52 da Instrução Normativa do INSS n. 28/2008.

Sem custas e condenação em honorários advocatícios, nos termos dos arts. 54 e 55 da Lei n. 9.099/95.

Submeto, nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, o presente projeto de sentença para fins de homologação por parte do Juízo de Direito.

Após, publique-se, registre-se e intime-se.

HANNA PINHEIRO DINIZ BEZERRA

Juíza Leiga

HOMOLOGAÇÃO DA SENTENÇA

Em seguida, pelo MM. Juiz de Direito foi proferida a seguinte **SENTENÇA**: “Nos termos do art. 40, da Lei n.º 9.099, de 1995, HOMOLOGO, por sentença, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, para que surta seus efeitos legais”.

Havendo apresentação de recurso, deve a secretaria certificar a tempestividade e o preparo (salvo gratuidade deferida nos autos) e intimar a parte recorrida para apresentar contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o prazo, remetam-se os autos a uma das egrégias Turmas Recursais. Por outro lado, sendo o recurso deserto e/ou intempestivo, voltem-me os autos conclusos independentemente de intimação da parte contrária para apresentar contrarrazões.

Cientifique-se a parte demandada que, havendo solicitação da parte autora, caso não realize o pagamento voluntário em 15 (quinze) dias, contados a da intimação para pagamento, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 52, caput, IV da Lei 9.099/95 c/c art. 523, §1º do CPC.

Fica a parte vencedora ciente de que, transitada em julgado a presente sentença, deverá requerer o cumprimento no prazo de 30 (trinta) dias. Após 30 (trinta) dias do trânsito em julgado sem manifestação da parte autora, arquite-se, com baixa.

Fica parte autora ciente ainda de que, caso requeira o cumprimento da sentença, deverá proceder por meio de simples requerimento nos autos, o qual deverá conter: nome completo e número do CPF da parte autora; nome completo e número do CNPJ/CPF da parte demandada; índice de correção monetária e taxa de juros de mora adotados nesta sentença; termo inicial e termo final da correção monetária e dos juros utilizados; e demais exigências do art. 534 do novo CPC, respeitadas as disposições especiais do art. 52 da Lei n. 9.099/95.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Pau dos Ferros/RN, 20 de setembro de 2019.

FLAVIO ROBERTO PESSOA DE MORAIS
Juiz de Direito



Assinado eletronicamente por: **FLAVIO ROBERTO PESSOA DE MORAIS**
20/09/2019 09:23:54

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
ID do documento: **49050197**



19092009235383200000047403133

CONTRATO
ECI/II-ECI/RY
PPS Nº 9912155799



Destinatário: Diretoria) da Diretoria de
Benefícios-DIRBEN/INSS
Setor de autarquias Sul, s/n
Qd. 2, bloco 0, 8º andar Asa Sul
70070-946 Brasília/DF



AR

Data de Postagem
30/09/2019

BO025425712BR



Recebedor: _____
Assinatura: _____ Documento: _____